A importância dos projetos de preservação para a memória institucional

The importance of preservation projects for institutional memory

Lucas Valdez da Paz Ramos[1]

Resumo:

O presente estudo visa enfatizar a importância dos projetos de preservação para a conservação dos acervos documentais existentes nas instituições, sejam elas de natureza pública ou privada. Ainda que não existam políticas de preservação incorporadas nesses espaços, é por meio dos projetos que se pode alinhar as prioridades a serem tratadas com o financiamento de empresas e parcerias com outras instituições. Desta forma, torna-se viável a construção de metodologias específicas para cada caso, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos. O tratamento dos acervos documentais permite a sua valorização como objetos de pesquisa acadêmica, contribuindo para a preservação da memória institucional.

Palavras-chave: preservação; projetos; financiamento; documentação; memória.

Abstract:

This study aims to emphasize the importance of preservation projects for the conservation of existing documentary collections in institutions, whether public or private. Even if there are no preservation policies incorporated into these spaces, it is through projects that the priorities to be addressed can be aligned with funding from companies and partnerships with other institutions. This makes it possible to develop specific methodologies for each case, as well as training the professionals involved. The treatment of documentary collections allows them to be valued as objects of academic research, contributing to the preservation of institutional memory.

Keywords: preservation; projects; funding; documentation; memory.

[1] Bacharel em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA), pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Conservador-Restaurador no Centro de Livros Cemiteriais do Município do Rio de Janeiro (CELICEM-RJ). E-mail: lucas.vpr.94@gmail.com.

1 Introdução

A preservação de acervos documentais dentro das instituições é, ainda hoje, uma questão a ser colocada em debate. Existem muitos casos de documentos que são abandonados por aqueles que, teoricamente, deveriam zelar pela sua permanência. A consequência deste fato põe em risco não somente os documentos existentes na instituição, mas de toda a história construída por ela.

Um exemplo desse descaso já ocorreu dentro do Arquivo Nacional (AN). Por muitas décadas, a instituição que se propôs a recolher, guardar, classificar e conservar a documentação produzida pela administração pública (Franco; Bastos, 1986, p. 9), acumulou um volume documental inimaginável. Contudo, a realidade dos documentos encontrados em suas dependências se distanciava dessa proposta. Segundo José Honório Rodrigues (1959, p. 9), um dos diretores da instituição, o Arquivo Nacional apresentava "uma organização obsoleta, inteiramente em desarmonia com as demais instituições públicas brasileiras", além de funcionar como simples depósito, sem nenhum controle técnico.

Este cenário só teve mudanças significativas durante a década de 1980, quando Celina Vargas assume a direção do AN. No entanto, é preciso destacar que, passados todos esses anos, desde os relatos de José Honório Rodrigues, a então diretora da instituição afirma que a situação do Arquivo Nacional ainda era de abandono e que os problemas a serem tratados não seriam tão simples quanto ela pensava (Peixoto, 2013, p. 18). Inclusive, a própria fez uma listagem com as principais ações a serem resolvidas, tais como:

> Mudança do prédio, **recursos humanos para trabalhar**, **recursos financeiros**, legislação nacional para os arquivos, recolher documentação que estava nos ministérios, **conservação e preservação**, **restauração de papel e outros suportes**, a situação do Arquivo Nacional em Brasília, os arquivos independentes dos Ministérios das Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica, os arquivos estaduais, os arquivos municipais [...] (Peixoto, 2013, p. 18, grifo do autor).

Através das relações estabelecidas com profissionais de países estrangeiros[2], como EUA, França, Espanha, Itália e Alemanha (Peixoto, 2013, p. 24), assim como ministérios e outras organizações, a exemplo do Ministério da Justiça; a Organização das Nações Unidas para

[2] Dentre esses profissionais, estava Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos. De acordo com Celina Vargas, "se Kecskeméti não tivesse identificado a gravidade da situação e ajudado a buscar soluções internacionais para apoiar o projeto brasileiro, provavelmente não teríamos conseguido modernizar o Arquivo" (Peixoto, 2013, p. 26).

a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV); e ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Arquivo Nacional evoluiu bastante, enquanto instituição federal responsável pela guarda e conservação de documentos. Nas palavras de Celina:

> A instituição levou muito tempo para concluir todas essas etapas, mas a gravidade da situação e as dificuldades encontradas num país como o Brasil, que não tem um processo administrativo estável, nos permita afirmar que conseguimos transformar o Arquivo Nacional numa instituição moderna e capaz de cumprir a sua função pública (Peixoto, 2013, p. 30).

Vale ressaltar que uma de suas atuações pelo território nacional foi a de assistência técnica para arquivos municipais e estaduais. A partir deste ponto, é possível perceber que nem toda instituição possui uma metodologia para a preservação de seus acervos. Em muitos casos, faz-se necessária essa mediação entre instituições, a fim de minimizar e/ou melhorar as condições em que os documentos se encontram. Dentro desse panorama, a realização de projetos de preservação é uma das formas para se manter a integridade física e informacional dos acervos, em busca de uma construção da memória institucional.

O exemplo do projeto de modernização do Arquivo Nacional foi somente um dentre muitos que já foram realizados no Brasil. O que se pretende destacar nesse estudo é, justamente, a necessidade dos projetos de preservação com foco não somente nos acervos contemplados, mas também em todo o seu processo de execução. Desta maneira, será possível analisar as relações estreitadas com outras instituições, visando alcançar os objetivos propostos na elaboração do projeto.

2 Diferenças entre programa e projeto de preservação

O planejamento de um projeto de preservação é fundamental para o bom desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, é preciso ter ciência do que se pretende tratar, dentro dos acervos e coleções existentes em uma instituição. Solange Zúñiga, em seu texto *A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados* (2002) abre espaço para refletir sobre essa temática. Apesar da autora tratar da necessidade de implantação de programas de preservação em arquivos, alguns apontamentos trazidos por ela podem ser válidos para a elaboração do projeto de preservação. O estabelecimento de prioridades e o

diagnóstico de preservação, por exemplo, são essenciais para o processo inicial de elaboração de um projeto. Para a autora, é necessário que haja:

> Um profundo conhecimento do acervo custodiado pela instituição, bem como do edifício e do entorno que o abriga. Conhecimento este que implica no domínio dos tipos, formatos e suportes dos documentos de arquivo, estrutura dos materiais de que são feitos, quantidade, tipo de uso e diferentes valores que lhe são atribuídos [...] (Zúñiga, 2002, p. 77).

Contudo, é importante ressaltar que um projeto de preservação, apesar de possuir características similares, difere do programa de preservação. O programa é considerado

> um plano escrito, formado pelo conjunto de ações que dizem respeito às necessidades de preservação do acervo de uma instituição, estabelecidas por meio de um processo de trabalho coletivo e baseadas em prioridades também definidas em conjunto (Zúñiga, 2002, p. 77).

Ou seja, o programa possui uma dimensão maior dentro de uma instituição, pois está diretamente relacionado às reuniões entre os diferentes setores, a fim de se ter "o mesmo entendimento de conceitos, objetivos e diretrizes" (Zúñiga, 2002, p. 76).

Karen Garlick, em seu texto *Planejamento de um programa eficaz de manutenção de acervos* (2001), faz uma ressalva para a importância de se tomar decisões em conjunto. De acordo com a autora, o planejamento realizado por uma comissão é mais vantajoso do que o planejamento individual, pois:

> Como uma comissão, diferentes interesses da instituição podem ser bem representados por arquivistas e pela equipe de preservação [...]. Além disso, se várias pessoas trabalham juntas, podem combinar seus conhecimentos sobre prioridades, preocupações e atividades da instituição. E mais: uma comissão torna-se fórum natural para o pensamento criativo e para soluções inovadoras (Garlick, 2001, p. 22).

Já o projeto de preservação está mais voltado às práticas a serem desenvolvidas, com base nos objetivos específicos e dentro de um prazo determinado. Segundo Garlick (2001, p. 24), a seleção e a organização de projetos é considerada uma das fases existentes em um programa de preservação, sucedida pela formulação de políticas gerais (administrativas e técnicas) e pela definição das diretrizes. Nesta fase, a autora propõe uma divisão das ações em quatro etapas: 1) identificação dos registros que requerem prioridade; 2) determinação das necessidades de manutenção do acervo; 3) seleção dos procedimentos a serem executados; 4) estimativa dos custos e do prazo de execução.

A fim de exemplificar essa diferença entre os dois termos, podemos trazer para este debate o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento). Criado em 1984, pela Fundação Nacional Pró-Memória, o Pró-Documento tinha como meta principal "apoiar e incentivar a conservação e organização adequadas de arquivos permanentes de instituições civis, estimulando seu uso social, em cooperação com os órgãos públicos e privados interessados" (Antunes; Ribeiro; Solis, 1986, p. 46).

Durante os quatro anos em que atuou no território nacional, o programa promoveu vários projetos de preservação em diversas instituições, incluindo a Light-Rio, a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Associação dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro, entre outras (Bastardis, 2012, p. 62).

De acordo com um dos relatórios existentes no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, somente o "Projeto Light-Rio" promoveu seis ações de preservação para a empresa: 1) Criação de um Sistema Integrado de Arquivos para o Grupo Light-Rio; 2) Higienização e Identificação dos Acervos destinados à Centralização; 3) Recuperação da Memória Institucional do Grupo Light-Rio; 4) Acervo da Praia das Pitangueiras – Metodologia para Transferência; 5) Levantamento da Produção e Fluxo Documentais do Grupo Light-Rio; 6) Curso sobre Arquivologia para os funcionários da empresa.

Esses dados reforçam, ainda mais, a questão do estabelecimento de prioridades, em conjunto com o diagnóstico do acervo. Isto é, não teria sido possível fazer um trabalho de qualidade para a Light-Rio, se não fosse pela análise detalhada dos principais problemas a serem solucionados. Contudo, é importante destacar que as ações desenvolvidas nesses projetos, bem como dos programas, devem ser revistas sempre que possível. Segundo Garlick:

> O processo de revisão pode ajudar os gerentes a avaliar o sucesso global do programa de manutenção, a identificar problemas técnicos específicos e fragilidades do programa e a fazer as modificações quando necessário. Revisões regulares de projetos e do programa vão assegurar à alta administração que a equipe e os recursos financeiros estão sendo utilizados de maneira responsável, visando à preservação dos registros da instituição (Garlick, 2001, p. 29).

Neste sentido, pode-se dizer que o bom desempenho de um projeto está diretamente relacionado à organização das etapas pré-estabelecidas. Porém, questões referentes ao pessoal contratado para o projeto, bem como dos investimentos, são essenciais para a sua realização. É importante destacar que um projeto de preservação, como já mencionado, pode ser considerado um dos objetivos definidos por um programa de preservação. Contudo, uma instituição sem

condições mínimas de preservação pode vir a elaborar projetos de maneira independente, desde que sejam feitos de forma consciente e dentro do que é possível de ser realizado.

3 Meios para a realização de projetos

Uma das formas mais pertinentes para se criar um projeto de preservação de acervos é a busca por parcerias com outras instituições. Essa relação promove um diálogo entre as partes, de maneira que se possa compreender a situação a ser enfrentada. Vale lembrar que nem sempre existem instituições detentoras de documentos com algum tipo de metodologia de preservação e/ou suporte técnico. Em alguns casos, um projeto elaborado sem nenhum conhecimento prévio do que se pretende fazer pode resultar em duas opções possíveis: ou o projeto nem chega a ser aprovado ou, se aceito, não consegue sustentar todas as etapas pré-definidas.

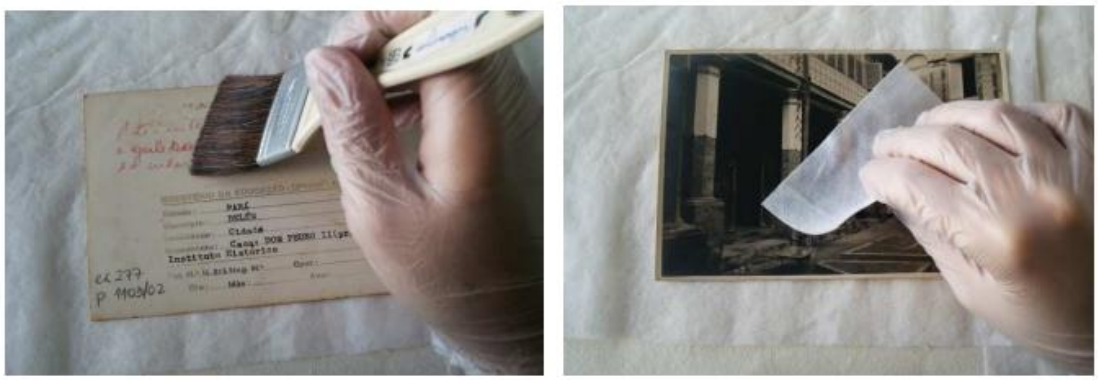
Outro ponto importante nesse contexto está relacionado à questão dos equipamentos, dos materiais e dos profissionais adequados. Isto é, se tratando de um projeto de higienização de obras raras, por exemplo, é imprescindível a presença de conservadores-restauradores, bem como de bibliotecários ou arquivistas. Da mesma forma, também se faz valer a existência de maquinário específico, tal como a mesa de higienização, além dos equipamentos de proteção individuais (EPIs). É importante ressaltar que durante as atividades do projeto, a segurança dos profissionais envolvidos também se torna uma prioridade, pois, sem eles, nada poderá ser resolvido.

Entre os anos de 2013 e 2017, foi realizado o *Projeto Rede de Arquivos do IPHAN: sistema de informações, higienização e acondicionamento do patrimônio documental*. Essa iniciativa é um bom exemplo do que foi mencionado anteriormente. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e a Universidade de São Paulo (USP), conseguiu elaborar um projeto, cujo um dos objetivos foi "agregar e disponibilizar as diversas informações sobre o patrimônio cultural de modo virtual, sem desmembrar os acervos físicos, que foram constituídos historicamente ao longo da trajetória do IPHAN" (FUNDAR; IPHAN; USP, 2014, p. 3-4).

Por outro lado, não seria possível fazer a digitalização dos acervos documentais e, consequentemente, a disponibilização da informação neles contida sem que houvesse o seu tratamento de conservação. As ações de conservação curativa e de acondicionamento, conforme as figuras abaixo, foram fundamentais para a preservação dessa vasta documentação produzida

pelo IPHAN, pois, sem os documentos originais, toda a história do instituto poderia se perder. Neste caso, os quase 90 anos de atuação da instituição.

Figuras 1 e 2 - Processo de higienização mecânica de uma fotografia com trincha e lenço *pec pad.*

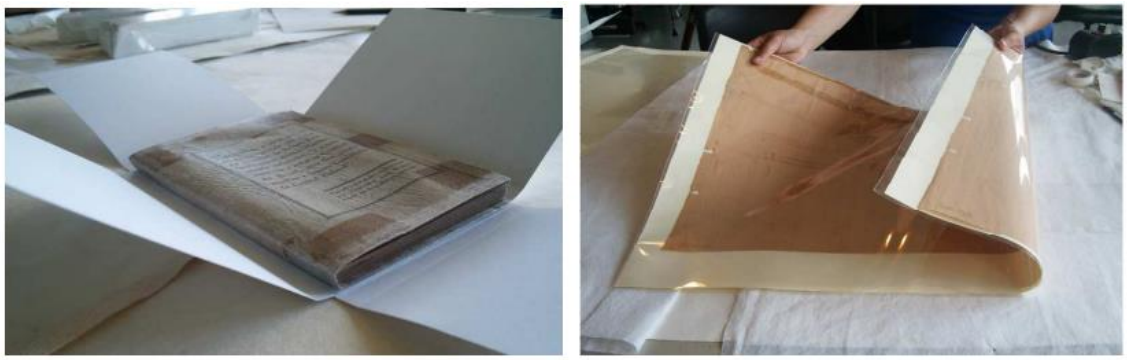


Fonte: FUNDAR; IPHAN; USP (2017).

Figuras 3 e 4 - Processo de remoção de grampo oxidado e de contenção de rasgo com papel "japonês".

Fonte: FUNDAR; IPHAN; USP (2017).

Figuras 5 e 6 - Documentos acondicionados em caixas de papel alcalino (no formato cruz) e cápsulas de poliéster entrefolhadas com papel *filifold*.



Fonte: FUNDAR; IPHAN; USP (2017).

A organização das etapas do projeto também foi um diferencial. Isto é, enquanto se teve o IPHAN tratando da parte de documentação, conservação e digitalização do acervo, a FUNDAR ficou responsável pela parte administrativa e logística do projeto, ao passo que a USP assumiu a função de desenvolver e implementar o repositório digital (Ramos, 2021, p. 42). É importante ressaltar que todas as partes estavam em constante diálogo, a fim de suprir toda e qualquer necessidade existente no seu desenvolvimento. Uma das formas de atualização do projeto foi a produção de relatórios anuais das atividades, unificando, assim, todas as informações coletadas de cada uma das instituições envolvidas.

No entanto, o projeto não teria sido executado sem a existência do financiamento viabilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo informações da própria organização, o BNDES Fundo Cultural – Apoio à Cultura "destina recursos não reembolsáveis a projetos de preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural brasileiro, incluindo patrimônio material, imaterial ou acervos memoriais" (BNDES, 2025).

No que diz respeito ao apoio à preservação de acervos, o BNDES, em dez anos de atuação nesse setor, já investiu mais de R$ 42 milhões "em 125 projetos referentes a arquivos documentais e científicos, museus históricos e de arte, bibliotecas de obras raras, centros universitários, entre outros" (BNDES, 2025). O *Projeto Rede de Arquivos do IPHAN* foi um dos beneficiados pela *Chamada Pública de Seleção para Apoio a Projetos de Preservação de Acervos*, no ano de 2010.

Assim como ele, outros projetos de instituições como o Arquivo Nacional, o Museu Casa de Pontal e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foram beneficiados pelo BNDES no ano em questão, conforme as tabelas abaixo. Vale lembrar que as modalidades "Individual" e "Âncora" foram criadas com o intuito de ampliar a possibilidade de apoio para instituições em todo o território nacional. A diferença entre elas é que a "Individual" tem foco em um único acervo, enquanto a "Âncora" busca "replicar o apoio em diversos pontos de uma rede de ação ou em acervos independentes, aglutinados por algum elemento comum (temática; geográfico; necessidade de ações comuns de preservação" (BNDES, 2025).

Tabela 1 - Resultado dos projetos beneficiados pelo BNDES, na modalidade “Individual".

Resultado 2010/2011

MODALIDADE INDIVIDUAL

COLOCAÇÃO	PROJETO	PROPONENTE	DETENTOR (UF)	OBJETIVO
1	Entrada de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro: Controlar para Disponibilizar	Associação Cultural do Arquivo Nacional - ACAN	Arquivo Nacional (RJ)	Ampliar o banco de dados com 500 mil registros de imigrantes desembarcados no Porto do Rio de Janeiro do final do séc. XIX até o início do séc. XX para pesquisa.
2	Promoção, Preservação e Proteção do Museu Casa do Pontal	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Museu Casa do Pontal (RJ)	Higienizar, acondicionar e catalogar parte do acervo museológico de arte popular e estimular ações que ampliem a visitação do museu, como: realização de oficinas de educação patrimonial, circuito turístico e produção de folhetaria. Também serão instalados sistemas de detecção de incêndio e de segurança eletrônica.
3	Preservação, Conservação e Acesso ao acervo da Amazônia Legal	Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Pará	Arquivo Público do Estado do Pará (PA)	Desenvolver ações de acesso e conservação dos acervos arquivísticos referentes à Amazônia Legal de forma a fortalecer a pesquisa e tornar o conhecimento sobre essa região mais rico e diversificado.
4	Melhorias no funcionamento das atividades do MAAC de Campina Grande: Preservação, Pesquisa e Comunicação	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FURNE	Museu de Arte Assis Chateaubriand (PB)	Preservar os acervos bibliográfico, arquivístico e museológico do Museu de Arte Assis Chateaubriand, por meio de restauração, catalogação, gerenciamento ambiental, higienização e acondicionamento; além de ações voltadas à capacitação de recursos humanos, à segurança do acervo e à sua visitação.
5	Imagens do Jornalismo Brasileiro: Preservação e Difusão do Acervo dos Diários Associados	Associação de Amigos do Arquivo do Estado de São Paulo	Arquivo do Estado de São Paulo (SP)	Preservar e catalogar as Coleções Diário da Noite e Diário de São Paulo, sob a guarda do Arquivo do Estado de SP.

Fonte: BNDES (2025).

Tabela 2 - Resultado dos projetos beneficiados pelo BNDES, na modalidade “Âncora".

MODALIDADE ÂNCORA

COLOCAÇÃO	PROJETO	PROPONENTE	DETENTOR (UF)	FINALIDADE
1	Rede de Arquivos do IPHAN: Sistema de informações, higienização e acondicionamento do Patrimônio Documental	Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR	IPHAN	Implementar um sistema informatizado para arquivos em base de dados eletrônica, com acessibilidade pela internet e interoperabilidade, e reorganizar e acondicionar a documentação de parte da Rede de Arquivos do IPHAN, no âmbito da modalidade Âncora em Rede.
2	Imagens da Memória: Preservação da Cultura dos Povos Indígenas Brasileiros	Sociedade Goiana de Cultura	PUC Goiás (GO)	Catalogar o acervo audiovisual do indigenista Jesco Puttkamer; higienizar, acondicionar e desenvolver ações de infraestrutura referentes ao acervo museológico do Centro Cultural Jesco Puttkamer.
3	Informação sob controle: Ações de preservação e acesso aos acervos de memória política e social sob guarda do Arquivo Nacional	Associação Cultural do Arquivo Nacional - ACAN	Arquivo Nacional (RJ)	Preservar e dar acesso aos acervos de memória política e social sob a guarda do Arquivo Nacional.
4	Complexo de preservação e difusão dos acervos científicos da Fiocruz	FIOTEC	FIOCRUZ (RJ)	Preservar o patrimônio científico e cultural da Fiocruz e difundir seus acervos arquivísticos, museológicos e bibliográficos.
5	Preservação do acervo raro da UFRGS	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RJ)	Preservar e catalogar as obras raras bibliográficas da UFRGS e instalar o Laboratório de Restauração da Biblioteca Central da Universidade.

Fonte: BNDES (2025).

Dito isto, pode-se perceber que a adequação da proposta de um projeto é essencial para que ele seja selecionado por editais de fomento e chamadas públicas. No caso da chamada do

BNDES, os tipos de acervo (arquivístico; bibliográfico ou museológico), as categorias de projeto (catalogação; higienização e acondicionamento; restauração; gerenciamento ambiental; instalação de sistemas de segurança; infraestrutura; e/ou visitação) e as modalidades de apoio (individual ou âncora) permitiram que o IPHAN pudesse elaborar um projeto dentro dessas possibilidades. Tanto é que o seu projeto ganhou o primeiro lugar na modalidade "Âncora", por conta da criação de um repositório digital que interligaria as cópias digitalizadas dos documentos do IPHAN (Ramos, 2021, p. 41).

Entretanto, o BNDES é apenas uma entre outras empresas e organizações que viabilizam o financiamento a projetos de preservação. Algumas delas como a Petrobrás, a Vale, a Caixa Econômica Federal, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) também costumam destinar parte de suas finanças para a área da cultura. Tais iniciativas são muito importantes para a manutenção e permanência dos acervos, principalmente em instituições de pequeno porte que, por sua vez, possuem certa carência para o desenvolvimento de projetos.

Dentro desse contexto das agências financiadoras, não podemos esquecer daquela que foi uma das precursoras no território nacional: a Fundação Vitae. Segundo Almeida e Herencia (2012, p. 1-2), a Vitae foi uma associação criada em 1985 e que tinha como intuito contribuir para o financiamento de algumas iniciativas, nas áreas educacional, cultural e social. No que diz respeito à área da cultura, a Fundação teve papel significativo quanto às questões referentes à salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Uma de suas ações consistiu na organização de projetos com função catalisadora, isto é, projetos "que pudessem servir de modelo a outras organizações, tivessem efeito multiplicador e perspectivas concretas de continuidade, uma vez cessado o apoio da Fundação" (Almeida; Herencia, 2012, p. 2). Com isto, a Fundação Vitae conseguiu dar suporte para muitas instituições detentoras de acervos documentais, tais como o IPHAN, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu Lasar Segall, entre outras.

Apesar das grandes dificuldades existentes na área cultural, pode-se dizer que a realização de projetos de preservação documental contribui não somente para a difusão da informação contida nos acervos, mas, principalmente para a construção de metodologias dentro desses espaços. Assim como os projetos organizados pela Fundação Vitae, é preciso que as atividades desenvolvidas nesse processo não se percam com o passar dos anos. É sobre manter o legado de algo que, no passado, proporcionou grandes feitos [e efeitos]. Desta maneira, é

possível conseguir maiores oportunidades para a implantação de programas e projetos nas instituições detentoras de acervos culturais.

4 Benefícios adquiridos em um projeto

Como visto anteriormente, as parcerias entre instituições conseguem promover mudanças positivas não somente para os acervos contemplados em um projeto, mas para as pessoas envolvidas. Este fato pode estar atrelado à troca de experiências entre elas. Isto é, a partir do momento em que uma instituição, com maiores aparatos tecnológicos e já com uma metodologia de trabalho consolidada, dá suporte a outra, com muito menos ou sem qualquer condição para ações básicas de preservação, há nesta ligação benefícios para os dois lados.

A partir do momento em que essas instituições se consolidam, cria-se um vínculo interinstitucional, fortalecendo assim uma vontade comum, em prol de uma causa bastante relevante para a sociedade (a preservação dos documentos). Além disso, cada instituição pode possuir pontos fortes de ação e estes podem ser os motivos que levam outras instituições a procurarem esse tipo de apoio. É importante observar que, durante um projeto, existe a construção de uma relação. Entretanto, outros projetos podem vir a se desenvolver e, com isto, novas relações podem ser construídas.

A ampliação da rede de contatos também é algo a ser encorajado, especialmente na área da cultura. Tomando como referência o Pró-Documento, é notório que suas ações, na década de 1980, foram relevantes para a conservação de arquivos históricos. Isto se deu em função da diversidade de profissionais, de diferentes áreas de atuação, dentro do programa. De acordo com o texto base de criação do Pró-Documento[3], somente na Divisão Técnica existiam as seções de: a) Organização de acervos arquivísticos; b) Organização de acervos bibliográficos; c) Pesquisa histórica; d) Ambiente; e) Conservação, restauração e encadernação, f) Desinfestação e controle de qualidade.

A organização dessas áreas do conhecimento, dentro do corpo técnico do Pró-Documento, permitiu que os projetos por ele assistidos fossem bastante específicos. Ou seja, a cada projeto, se formava uma equipe com profissionais que mais se adequassem às necessidades estabelecidas na sua proposta. Logo, esses profissionais mantinham certo diálogo entre eles e com os funcionários da instituição proponente.

[3] Existe uma cópia do texto no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, da qual as informações apresentadas foram retiradas.

Mesmo com o fim de sua atuação, em 1984, houve um direcionamento de seus funcionários para outras instituições culturais, como o próprio IPHAN, a Fiocruz e o Arquivo Nacional[4]. De uma maneira geral, pode-se dizer que esses profissionais foram reconhecidos por seus feitos nos projetos do Pró-Documento. Contudo, é importante ressaltar que essa dispersão pode, de alguma maneira, ter contribuído para que a memória do programa fosse dissipada e/ou ocultada. Sem a existência de vasta documentação acerca dos projetos realizados com o Pró-Documento, as únicas fontes significativas para compreender tais ações são os profissionais que já pertenceram ao corpo técnico do programa.

Outro ponto importante a ser destacado na realização de um projeto de preservação é a criação de metodologias e sua replicação para ações futuras. No caso, tais metodologias são constituídas a partir da combinação de conceitos teóricos e da organização das práticas a serem realizadas. Esses conceitos, por sua vez, servem como base para a definição de quaisquer ações de conservação, além de serem decisivos na questão da ética profissional. Tendo isto em mente, o profissional, em conjunto com os demais membros de sua equipe, se sente mais preparado para elaborar e empregar essas práticas nos acervos contemplados.

Vale ressaltar que as ações de conservação desenvolvidas ao longo do projeto promovem resultados satisfatórios para a situação da qual o acervo se encontrava. Contudo, mais importante do que essa ação pontual é a sua manutenção. Os documentos, assim como qualquer ser vivo, estão suscetíveis às ações do seu entorno. Problemas como mudanças de temperatura e umidade relativa do ambiente, manuseio inadequado dos objetos, surgimento de sujidades e pragas, entre outros, podem colocar em risco todo o processo concebido durante o projeto. Por esta razão, deve-se prezar pela manutenção dessas atividades, a fim de se ter resultados sólidos para a integridade física dos acervos e, consequentemente, do seu conteúdo informacional.

Dentro deste panorama dos projetos, também se deve dar valor à capacitação dos profissionais envolvidos nessas atividades. Assim como a troca de experiências entre instituições, o compartilhamento entre indivíduos e equipes pode proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável e respeitoso. Lembrando que, nesses projetos, existem pessoas em níveis distintos de profissionalização (estagiários, auxiliares, supervisores, coordenadores) e este, muitas das vezes, é o que proporciona maiores reflexões acerca do campo de atuação que essa pessoa escolheu, das relações que podem ser construídas e das ações que são empregadas durante esse período.

[4] Esta informação foi obtida em 11 de abril de 2024, através do contato com Carlos Augusto Silva Didati, um dos profissionais que atuou nos últimos anos do Pró-Documento e que, atualmente, é funcionário do Arquivo Nacional (RJ).

Em outras palavras, todos esses fatores podem contribuir para o crescimento profissional desses indivíduos. Uma vez que se adquire conhecimentos teóricos e práticos, tendo outros profissionais atuando no mesmo ambiente, é possível construir uma capacidade mental para futuras tomadas de decisões. Isto é, saber lidar com os imprevistos e as incertezas que geralmente ocorrem nos projetos de preservação é o que permite que o profissional esteja capacitado a tomar decisões que busquem reverter o problema ali presente. Vale ressaltar que essas decisões precisam ser tomadas em consenso, ou seja, que grande parte dos envolvidos no projeto esteja de acordo com o que for estabelecido.

Os impactos proporcionados por um projeto de preservação, na maioria das vezes, tendem a ser bastante positivos. Tomando como exemplo o *Projeto Rede de Arquivos do IPHAN*, a metodologia e as práticas de conservação foram continuadas na Divisão de Conservação de Acervos Documentais (DIVCON) do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Desta maneira, tornou-se possível aplicar essas ações aos documentos não contemplados pelo projeto, além de reforçar a necessidade de proteção tanto do documento quanto de quem tem interesse em fazer uma pesquisa sobre ele. (Ramos, 2021, p. 59).

Este acaba sendo um caminho produtivo na luta pela preservação dos acervos documentais existentes nas instituições públicas e privadas. Como já mencionado anteriormente, os projetos visam objetivos específicos e resultados satisfatórios para o que se pretende aplicar. Entretanto, cabe aos profissionais, às instituições e a quaisquer partes interessadas buscarem pela continuidade dessas ações, pois, sem os registros documentais se torna inviável a construção e a permanência da memória de qualquer instituição.

5 Considerações finais

Em vista do que foi apresentado, não se pode dizer que todos os documentos custodiados pelas instituições públicas e privadas do país estão em condições adequadas de conservação. Primeiramente, para que essa situação seja revertida, é preciso que esses acervos sejam reconhecidos como registros históricos. Contudo, esse reconhecimento não deve se limitar apenas à guarda desses documentos em arquivos ou depósitos. É preciso que haja algum tipo de tratamento mínimo de preservação, desde a sua identificação até a sua difusão para o público interessado.

Ainda que as políticas de preservação não tenham se firmado com mais afinco no país, devemos direcionar os olhares para a implementação de programas e projetos de preservação.

Enquanto o primeiro está relacionado ao campo das ideias, envolvendo os diversos escalões da instituição detentora do acervo, o segundo tende a ser um caminho mais viável para a execução de metodologias de conservação dentro dessas instituições. Com o aumento dessas iniciativas, conseguimos minimizar as condições de degradação física dos documentos, visando sempre o seu acesso seguro.

No entanto, vimos que, para a viabilização dos projetos, é preciso somar forças com instituições que lutem pela mesma causa. Conhecer e ter empatia com as necessidades do outro torna a relação entre elas ainda mais consolidada. Além disso, devemos dar atenção às empresas financiadoras e aos editais de fomento. Sem eles, não conseguiremos alcançar os objetivos esperados e, consequentemente, a situação dos acervos pode vir a piorar, dependendo do estado em que estejam.

Os projetos realizados com êxito carregam consigo aprendizados bastante relevantes no campo da preservação. A troca de experiências práticas, o aumento da rede de contatos profissionais e a absorção de conhecimentos teórico-metodológicos promovem ao profissional um nível de capacitação de qualidade. Este pode ser considerado o maior legado deixado por diversos projetos já executados ao longo de todos esses anos e que devem permanecer pelo bem maior: a preservação dos registros da humanidade.

Referências

ALMEIDA, Gabriela Sandes Borges de; HERENCIA, José Luiz. A Fundação Vitae e seu legado para a cultura brasileira – Parte I: fontes conceituais, linhas diretivas, programas próprios e legado. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 3., 2012, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012, p. 1-13. Disponível em: https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/handle/20.500.11997/18530. Acesso em: 19 fev. 2025.

ANTUNES, Gilson; RIBEIRO, Marcus Vinicius Toledo; SOLIS, Sydney. O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 45-48, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat21_m.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Chamada pública de seleção para apoio a projetos de preservação de acervos – 2010*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b5799c8f-6f2e-4c9e-a046-5742068f937a/regulamento2010.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_7QGCHA41LORVA0AHO1SIO51085-b5799c8f-6f2e-4c9e-a046-5742068f937a-lk3Oii. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Apoio à preservação de acervos. *In*: *Seleção pública de projetos de preservação de acervos*. Rio de Janeiro: [*s. n.*], c2025. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/selecao-publica-de-projetos-de-preservacao-de-acervos. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). BNDES Fundo Cultural – Apoio à Cultura. *In*: *Financiamento*. Rio de Janeiro: [*s. n.*], c2025. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-cultural/. Acesso em: 18 fev. 2025.

BASTARDIS, Jean. *O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN*. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Programa de Especialização em Patrimônio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1131. Acesso em: 06 set. 2024.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO (FUNDAR); INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN); UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Primeiro relatório anual de atividades técnicas (agosto/2013 – agosto 2014) / Rede de Arquivos do IPHAN*: sistema de informações, higienização e acondicionamento do patrimônio documental. Programa de Preservação de Acervos do BNDES (Edital 2010). Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO (FUNDAR); INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN); UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Relatório final de prestação de contas: atividades técnicas / Rede de Arquivos do IPHAN*: sistema de informações, higienização e acondicionamento do patrimônio documental. Programa de Preservação de Acervos do BNDES (Edital 2010). Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

FRANCO, Celina Moreira. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 7-30, 2013. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/45. Acesso em: 06 set. 2024.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira; BASTOS, Aurélio Wander. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, 1986. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/30. Acesso em: 06 set. 2024.

GARLICK, Karen. Planejamento de um programa eficaz de manutenção de acervos. *In*: *Planejamento e prioridades*. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (30 a 32). 2 ed. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 2001. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_30_a_32_1253283874.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

RAMOS, Lucas Valdez da Paz. *Projeto Rede de Arquivos do IPHAN*: a importância da política de preservação na conservação de documentos fotográficos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/15959. Acesso em: 17 fev. 2025.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/items/4f80bcab-23e3-4dee-a487-0a1ac1c3d146. Acesso em: 13 jan. 2025.

ZÚÑIGA, Solange Sette Garcia de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. *Registro*: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 72-91, 2002. Disponível em: https://www.calameo.com/read/000160401788a06e004be. Acesso em: 23 fev. 2025.